Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS – ADEGRAND (CELEIRO DO MS)

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 9 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Agência de Desenvolvimento do Território da Grande Dourados – ADEGRAND (Celeiro do MS), regularmente convocada para deliberar sobre a revisão e atualização do Estatuto Social da entidade.

Constatada a existência de quórum regimental, o Presidente da ADEGRAND, Sr. Rodrigo, declarou aberta a Assembleia, agradecendo a presença dos participantes e esclarecendo que a reunião tinha como pauta exclusiva a apreciação das alterações promovidas no Estatuto Social, resultado de um amplo processo de revisão técnica realizado em conjunto com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR/MS, bem como da inclusão de dispositivos considerados necessários ao fortalecimento institucional da entidade.

Na sequência, foi apresentada a proposta de revisão estatutária, sendo esclarecido que praticamente todos os artigos do Estatuto foram revisados, reorganizados e atualizados, contemplando correções textuais, adequações legais e ampliação das competências institucionais da ADEGRAND.

Entre as principais alterações apresentadas, destacou-se a correção da denominação oficial da entidade para **Agência de Desenvolvimento do Território da Grande Dourados**, com posterior encaminhamento da alteração aos órgãos competentes para atualização cadastral.

Também foi confirmada a manutenção da área de atuação da Agência nos doze municípios integrantes do território, mantendo os municípios de Juti e Jateí, preservando-se os acordos institucionais já estabelecidos.

No tocante às finalidades institucionais, foram aprovadas ampliações que permitem à ADEGRAND atuar na promoção do desenvolvimento sustentável sob os aspectos econômico, social, ambiental, cultural, turístico, tecnológico e institucional, fortalecendo a cooperação entre municípios, setor produtivo, instituições de ensino, pesquisa, inovação e organizações públicas e privadas.

Foi igualmente aprovada a organização da atuação institucional por eixos estratégicos, contemplando áreas como inovação, turismo, agronegócio sustentável, agricultura familiar, logística, relações internacionais, cultura, economia criativa, sustentabilidade, qualificação profissional e desenvolvimento institucional dos municípios.

No âmbito do turismo, foi aprovada a criação do Programa de Integração do Turismo Regional, destinado ao fortalecimento da articulação entre os municípios da Região Turística Celeiro do MS, em conformidade com as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, visando ações integradas de , governança, qualificação e promoção turística.

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIALA REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Foi aprovada ainda a inclusão de dispositivos relacionados à Rota Bioceânica, autorizando a entidade a promover, apoiar e articular iniciativas voltadas à integração regional, logística, comércio, turismo, inovação, relações internacionais e captação de investimentos destinados ao desenvolvimento territorial.

A Assembleia aprovou também dispositivos que possibilitam à ADEGRAND atuar futuramente como Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), desde que atendidos os requisitos legais, ampliando as possibilidades de captação de recursos para pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Na sequência foram apresentadas e aprovadas as categorias de associados, compreendendo associados fundadores, associados efetivos, associados institucionais privados e parceiros institucionais públicos, esclarecendo-se os direitos, deveres e formas de participação de cada categoria.

Quanto às contribuições associativas, permaneceu estabelecida a contribuição mensal mínima de R$ 30,00 para os associados efetivos (pessoas físicas). Durante os debates foi sugerido o aumento para R$ 50,00 mensais; entretanto, após discussão, deliberou-se pela manutenção do valor mínimo de R$ 30,00, facultando aos associados que desejarem realizar contribuição espontânea de R$ 50,00 ou valor superior.

Também foram esclarecidas as regras relativas à participação de representantes de instituições públicas e privadas, diferenciando os vínculos institucionais da associação como pessoa física.

No que se refere às receitas da entidade, foram aprovadas novas possibilidades de obtenção de recursos, incluindo mensalidades, anuidades, doações, convênios, termos de parceria, eventos, cursos, consultorias, projetos, patrocínios, comercialização de produtos institucionais, artesanais, turísticos, agroindustriais, publicações, souvenires e operações realizadas por plataformas digitais, marketplaces e lojas virtuais, ficando expressamente vedada qualquer distribuição de lucros, dividendos ou vantagens econômicas entre associados, dirigentes ou terceiros, devendo todo eventual superávit ser integralmente aplicado nas finalidades institucionais da ADEGRAND.

Foi igualmente aprovada a previsão de ressarcimento de despesas realizadas por dirigentes, associados e colaboradores no interesse da entidade, desde que previamente autorizadas, devidamente comprovadas e sem caracterização de remuneração.

A Assembleia alterou a composição do Conselho Fiscal com três membros titulares e um suplente, conforme nova redação proposta para o Estatuto.

Durante os assuntos gerais, foi sugerida a realização de campanha para ampliação do número de associados, objetivando fortalecer institucional e financeiramente a entidade, proposta recebida favoravelmente pelos presentes.

O Presidente informou ainda que o Estatuto permanecerá disponível provisoriamente aos associados até sua aprovação definitiva em cartório, quando então será disponibilizado no site institucional da ADEGRAND, cujo lançamento está previsto para o próximo mês.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, ressaltou a importância do comprometimento dos associados para o fortalecimento da ADEGRAND e declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária. A reunião foi encerrada às 09:36h esgotadas as pautas previstas.Eu, Regiane Freire Lessa, Secretária Executiva da ADEGRAND, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

CELEIRO DO MS
Território da Grande Dourados
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS
SEDE REGIONAL | Rua Juviano Medeiros, 1119, Rio Brilhante/MS

Dourados/MS, 15 de julho de 2026.

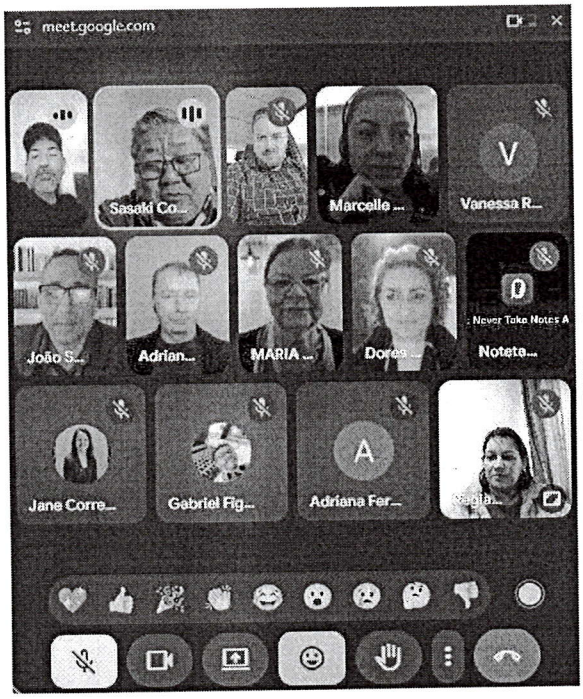
ASSINADO DIGITALMENTE POR
Rodrigo Jeferson Trambuch
CPF: 931.718.621-15
Data: 21/07/2026 11:59 -03:00

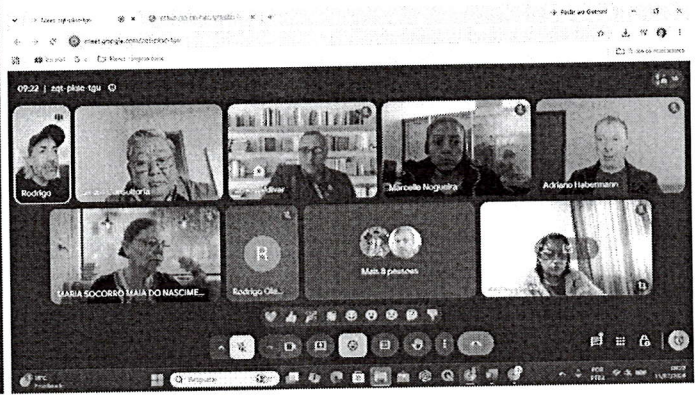
Rodrigo Jeferson Trambuch

Documento assinado digitalmente
gov.br
REGIANE FREIRE LESSA
Data: 21/07/2026 12:06:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Regiane Freire Lessa

Registro fotográfico:





Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Tolves
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

CELEIRO DO MS
Território da Grande Dourados
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS
SEDE REGIONAL | Rua Juviano Medeiros, 1119, Rio Brilhante/MS

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

ESTATUTO SOCIAL

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

ADEGRAND

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar



Valide aqui
este documento

ESTATUTO SOCIAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS - ADEGRAND

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FORO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO, EXERCÍCIO SOCIAL E OBJETO SOCIAL

Art. 1º – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS, doravante denominada ADEGRAND, podendo utilizar a marca institucional CELEIRO DO MS, é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro, pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pela legislação aplicável, em conformidade com o art. 54 do Código Civil.

Parágrafo Primeiro – A ADEGRAND não distribui, entre associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, aplicando integralmente seus recursos, rendas e resultados na consecução de suas finalidades estatutárias, de forma imediata ou por meio de fundos patrimoniais, fundos de reserva ou fundos de projetos, nos termos deste Estatuto e do Regimento Interno, conforme o princípio da não distribuição de lucros em associações civis.

Parágrafo Segundo – A utilização da marca institucional CELEIRO DO MS não altera a personalidade jurídica da ADEGRAND, servindo como identificação pública, territorial e institucional de suas ações, projetos, programas e representações.

Art. 2º – A ADEGRAND terá como foro a comarca de Rio Brilhante/MS e sua área de atuação regional prioritária abrangerá os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina,

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Juti, Itaporã, Maracaju, Rio Brilhante e Vicentina. Poderá, ainda, realizar ações, parcerias, projetos, articulações e cooperações estratégicas com outros municípios limítrofes com seu seu território e/ou em outros territórios, desde que compatíveis com seus objetivos sociais.

Art. 3º – A ADEGRAND terá sua sede na Rua Juviano Medeiros, nº 1119, Centro, Rio Brilhante/MS, CEP 79130-000 e poderá manter escritórios, representações, núcleos de apoio, unidades de projeto ou pontos de atendimento em outros municípios, mediante deliberação da Diretoria Executiva e comunicação aos associados, em consonância com o art. 54, inciso II, do Código Civil, que exige a sede como requisito estatutário.

Art. 4º – O prazo de duração da ADEGRAND é indeterminado e seu exercício social, financeiro e fiscal coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 5º – A ADEGRAND tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental, cultural, turístico, tecnológico e institucional do Território da Grande Dourados, fortalecendo a cooperação entre municípios, sociedade civil, setor produtivo, instituições de ensino, pesquisa e inovação, organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Parágrafo Único – A ADEGRAND poderá organizar sua atuação institucional em eixos estratégicos, programas ou câmaras temáticas, incluindo, entre outros, inovação e negócios, turismo, agronegócio sustentável, agricultura familiar, logística, relações internacionais, Rota Bioceânica, sustentabilidade, cultura, economia criativa, qualificação profissional e desenvolvimento institucional dos municípios do território.

I – Articular iniciativas para o desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental, cultural, turístico, tecnológico e institucional do Território da Grande Dourados;

II – Estimular a integração regional, a cooperação intermunicipal e a construção de agendas comuns de desenvolvimento;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Lunes
OFICIALA REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

III – Fortalecer o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo, a inovação, a economia local, a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, o turismo, a cultura, o desporto e o lazer, a educação empreendedora, a qualificação profissional, a sustentabilidade ambiental e a governança territorial;

IV – Atuar como articuladora, mobilizadora, executora, apoiadora, gestora ou parceira de programas, projetos, eventos, estudos, planos, pesquisas, capacitações, consultorias e iniciativas compatíveis com suas finalidades estatutárias;

V – Elaborar, apoiar e executar planos estratégicos de desenvolvimento local e regional, planos de turismo, planos de inovação, planos culturais, planos de sustentabilidade, programas de integração regional e demais instrumentos de planejamento participativo;

VI – Atuar como órgão consultivo, colaborativo ou de apoio técnico às autoridades municipais, estaduais, federais e organismos nacionais ou internacionais, sempre que solicitado e quando compatível com sua natureza privada sem fins lucrativos;

VII – Promover eventos, fóruns, encontros, missões, feiras, congressos, seminários, cursos, oficinas, debates, publicações, campanhas e ações de comunicação voltadas ao desenvolvimento territorial;

VIII – Apoiar instituições de ciência, tecnologia e inovação, ecossistemas locais e regionais de inovação, startups, empreendimentos inovadores, novos modelos de negócio, negócios de impacto, arranjos produtivos, cadeias econômicas e iniciativas de interesse coletivo;

IX – Desenvolver ações de turismo regional, governança turística, promoção de destinos, cicloturismo, aviturismo, turismo rural, turismo de experiência, turismo esportivo, turismo de pesca esportiva, gastronomia, cultura, de saúde, educacional, agrotecnológico e outras tecnologias, economia criativa e integração com rotas estratégicas de desenvolvimento;

X – Promover iniciativas de sustentabilidade, educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, economia circular, baixo carbono, proteção ao meio ambiente e boas práticas de responsabilidade socioambiental;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

XI - Atuar e fomentar o Serviço de Assistência Técnica, de Consultoria, de Pesquisa, de Extensão para o Agronegócio, Agricultura Familiar, Indígenas, Quilombolas, Comércios Varejistas e de Serviços, Turismo, Produção Primária e Secundária e proteção ao Meio Ambiente, criando o seu quadro próprio e/ou conveniar e/ou contratar pessoas jurídicas ou físicas que nestes atuem.

XII – Estabelecer, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Regional, o Programa de Integração do Turismo Regional, com o objetivo de fortalecer a articulação entre os municípios do território, promovendo ações conjuntas de organização, planejamento, qualificação, capacitação, governança, desenvolvimento e promoção turística regional.

Parágrafo Único – O Programa de Integração do Turismo Regional deverá priorizar a cooperação entre os municípios integrantes da Região Turística CELEIRO DO MS, buscando fortalecer a gestão compartilhada do turismo, a integração da oferta turística regional, a promoção conjunta do destino, a qualificação dos atores locais e a implementação das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

XIII – Promover, apoiar e articular iniciativas relacionadas à integração regional, logística, comércio, turismo, inovação, relações internacionais e desenvolvimento econômico decorrentes da Rota Bioceânica, dos corredores de integração sul-americanos e de outras estratégias de conexão do Território da Grande Dourados com mercados nacionais e internacionais;

XIV – Estruturar e apoiar mecanismos de captação de investimentos, fundos de desenvolvimento territorial e instrumentos de financiamento voltados a projetos de infraestrutura, logística e integração econômica relacionados à Rota Bioceânica e aos corredores de integração sul-americanos;

XV – Desenvolver, apoiar, fomentar, executar ou coordenar atividades de pesquisa básica, pesquisa aplicada, pesquisa científica, pesquisa tecnológica, desenvolvimento experimental, inovação, transferência de tecnologia, extensão tecnológica e desenvolvimento de novos produtos, serviços, processos, metodologias, soluções, tecnologias sociais, modelos de negócio e sistemas de gestão voltados ao desenvolvimento territorial, econômico, social, ambiental, turístico, agroindustrial, logístico, educacional e institucional do Território da Grande

Valide aqui
este documento

Dourados e de regiões correlatas;

XVI – Atuar, quando atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação — ICT privada sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016, do Decreto nº 9.283/2018 e demais normas correlatas, podendo desenvolver projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, proteger criações, gerir propriedade intelectual, celebrar acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação e promover transferência de tecnologia.

Art. 6º – Para a consecução de suas finalidades, a ADEGRAND poderá celebrar contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração e termos de parceria, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis, protocolos de intenção, memorandos de entendimento, instrumentos de patrocínio, instrumentos de doação, termos de apoio institucional e demais instrumentos jurídicos admitidos pela legislação vigente, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observadas as normas aplicáveis, especialmente quando houver recursos públicos.

Parágrafo Primeiro – No que se refere a parcerias com a Administração Pública, a ADEGRAND observará, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, especialmente quanto a chamamento público, plano de trabalho, monitoramento, avaliação e prestação de contas.

Parágrafo Segundo – Para a consecução de suas finalidades científicas, tecnológicas e de inovação, a ADEGRAND poderá celebrar acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, convênios, contratos, termos de cooperação técnica, instrumentos de transferência de tecnologia, licenciamento, compartilhamento de infraestrutura, uso de laboratórios, prestação de serviços tecnológicos, projetos de pesquisa aplicada, encomendas tecnológicas e demais instrumentos admitidos pela legislação de ciência, tecnologia e inovação, observadas as normas aplicáveis às ICTs públicas ou privadas, quando for o caso.

Art. 6º–A – A ADEGRAND poderá buscar seu reconhecimento, cadastramento, qualificação ou enquadramento como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação — ICT

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

privada sem fins lucrativos, quando atendidos os requisitos legais, regulamentares, administrativos e institucionais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Para os fins deste artigo, a ADEGRAND poderá estruturar núcleo, câmara técnica, unidade, programa ou ambiente institucional dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo inovador, extensão tecnológica, formação de recursos humanos, desenvolvimento de produtos, serviços, processos e soluções territoriais.

Parágrafo Segundo – A atuação da ADEGRAND como ICT deverá observar política própria de inovação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, parcerias, integridade, conflito de interesses, confidencialidade, proteção de dados, prestação de contas e aplicação integral dos resultados em suas finalidades estatutárias.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS: CATEGORIAS, ADMISSÃO, DEMISSÃO, DESLIGAMENTO E EXCLUSÃO

Art. 7º – Poderão associar-se à ADEGRAND pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que se interessem direta ou indiretamente pelo desenvolvimento sustentável do Território da Grande Dourados, aceitem este Estatuto e sejam admitidas nos termos nele previstos, observando-se os critérios de admissão estabelecidos no art. 54 do Código Civil e o princípio da igualdade de direitos dos associados, conforme art. 55 do mesmo diploma legal.

I – Associados Fundadores: pessoas físicas que participaram da constituição da ADEGRAND;

II – Associados Efetivos: pessoas físicas admitidas após a fundação, mediante ficha de adesão, aprovação da Diretoria Executiva e referendo da Assembleia Geral, que cumprem os requisitos básicos e contribuem pontualmente com as mensalidades;

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Nunes
OFICIAL REGISTRADORA

Valide aqui
este documento

III – Associados Institucionais Privados: pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins econômicos, que tenham afinidade com as finalidades da ADEGRAND e indiquem representante titular e suplente;

IV – Parceiros Institucionais Públicos: órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta que cooperem com a ADEGRAND por meio de instrumentos próprios, sem que sua participação configure, automaticamente, condição de associado com direito de voto na governança privada da associação, salvo deliberação estatutária específica e compatível com a legislação aplicável, especialmente no que tange à participação de entes públicos em entidades privadas, conforme disposições gerais do Código Civil e legislação específica.

Parágrafo Primeiro – A admissão de novo associado dependerá de ficha de adesão, compromisso de cumprimento deste Estatuto e aprovação da Diretoria Executiva, com referendo da Assembleia Geral subsequente.

Parágrafo Segundo – Os associados institucionais privados deverão indicar formalmente um representante titular e um suplente, podendo substituí-los a qualquer tempo mediante comunicação escrita à ADEGRAND.

Parágrafo Terceiro – A participação de órgãos públicos dar-se-á preferencialmente mediante acordos de cooperação, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, protocolos de intenção ou outros instrumentos previstos na legislação aplicável, preservada a autonomia privada da ADEGRAND.

Art. 7º–A - Das contribuições associativas

I – Os Associados Efetivos e os Associados Institucionais Privados contribuirão para a manutenção das atividades da ADEGRAND por meio de contribuição associativa regular, de caráter mensal, contínuo e obrigatório, observadas as condições estabelecidas pela Assembleia Geral;

II – O valor das contribuições associativas regulares, bem como os critérios de enquadramento, categorias, descontos, isenções, reajustes e demais condições de cobrança,

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

serão definidos pela Assembleia Geral e poderão ser regulamentados pelo Regimento Interno;

III – Os Parceiros Institucionais Públicos poderão apoiar programas, projetos e atividades da ADEGRAND mediante instrumentos jurídicos próprios, tais como acordos de cooperação, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, contratos, patrocínios institucionais ou outros instrumentos admitidos pela legislação aplicável, observadas as exigências legais de cada ente ou órgão público;

IV – Os instrumentos jurídicos previstos no inciso anterior poderão estabelecer obrigações específicas, planos de trabalho, metas, responsabilidades, formas de acompanhamento, prestação de contas e repasses financeiros destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum.

Art. 7º–B – Da participação dos Municípios na Instância de Governança Regional do Turismo (IGR). Os Municípios integrantes da Região Turística CELEIRO DO MS poderão participar da ADEGRAND na qualidade de Parceiros Institucionais Públicos, na forma do Art. 7º, IV, com representação específica na Câmara Técnica de Turismo e no Conselho Consultivo Intermunicipal previsto no Art. 16, Parágrafo Único, para fins de composição e funcionamento da Instância de Governança Regional do Turismo (IGR), nos termos do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

Parágrafo Primeiro – A participação financeira dos Municípios na manutenção das atividades da IGR e da ADEGRAND, ainda que estabelecida em bases anuais equivalentes a uma contribuição associativa, será sempre formalizada por instrumento jurídico próprio — convênio, termo de cooperação, termo de fomento ou termo de colaboração, nos termos da Lei nº 13.019/2014 — devidamente autorizado pela legislação orçamentária de cada ente municipal, vedada sua cobrança nos mesmos moldes da contribuição associativa dos Associados Efetivos e Institucionais Privados prevista no Art. 7º-A.

Parágrafo Segundo – Os valores de referência para o aporte anual dos Municípios integrantes da IGR poderão ser sugeridos pela Assembleia Geral ou pactuados em conjunto pelos Municípios participantes, cabendo a cada Prefeitura a decisão final quanto à formalização e aos

Valide aqui
este documento

limites orçamentários aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – A participação do Município na IGR e o aporte financeiro correspondente não conferem, por si só, direito de voto na Assembleia Geral, aplicando-se o disposto no Art. 7º, IV, salvo deliberação estatutária específica em contrário.

Art. 8º – A demissão voluntária do associado poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita à Diretoria Executiva, desde que regularizadas eventuais obrigações pendentes perante a ADEGRAND.

Art. 9º – O desligamento por inadimplência poderá ocorrer quando o associado deixar de pagar contribuição mensal, anuidade ou obrigação associativa por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, após notificação para regularização no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 10 – A exclusão de associado somente poderá ocorrer por justa causa, mediante procedimento administrativo interno que assegure notificação prévia, descrição dos fatos imputados, prazo razoável para defesa escrita, possibilidade de apresentação de documentos, decisão fundamentada da Diretoria Executiva e direito de recurso à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – Constituem justa causa, entre outras hipóteses: violação grave deste Estatuto; prática de ato que cause dano material, moral, institucional ou reputacional à ADEGRAND; uso indevido do nome, marca ou recursos da associação; conflito de interesses não declarado; prática de discriminação; ou conduta incompatível com as finalidades institucionais.

Parágrafo Segundo – A decisão da Assembleia Geral, após assegurado o contraditório e a ampla defesa, será definitiva no âmbito interno da ADEGRAND.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Tunes
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 11 – São **direitos** dos associados em situação regular com suas obrigações sociais:

I – Participar das Assembleias Gerais, com direito de voz e voto, quando a categoria associativa assim permitir;

II – Propor pautas, projetos, indicações e iniciativas compatíveis com as finalidades da ADEGRAND;

III – Participar de programas, projetos, câmaras técnicas, coordenadorias, grupos de trabalho e atividades institucionais;

IV – Candidatar-se a cargo eletivo, observadas as condições deste Estatuto;

V – Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária, nos termos estatutários;

VI – Solicitar informações sobre relatórios de atividades, demonstrações financeiras, atas e documentos institucionais, respeitados dados pessoais, sigilos contratuais e limites legais;

VII – Recorrer a sanções ou decisões que afetem seus direitos associativos.

Art. 12 – São deveres dos associados:

I – Cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações regularmente aprovadas;

II – Zelar pela imagem, reputação, patrimônio, marca e interesses institucionais da ADEGRAND;

III – Manter atualizados seus dados cadastrais;

IV – Cumprir pontualmente suas obrigações financeiras, quando aplicáveis;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Nunes
OFICIAL REGISTRADORA

Valide aqui
este documento

V – Agir com ética, boa-fé, urbanidade, transparência, cooperação e respeito aos demais associados;

VI – Declarar eventual conflito de interesses em pautas, projetos, contratações ou deliberações;

VII – Abster-se de utilizar a ADEGRAND para fins político-partidários, eleitorais, discriminatórios ou contrários às suas finalidades;

VIII – Colaborar com programas, projetos e ações da associação, dentro de suas possibilidades.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS, DO PATRIMÔNIO E DOS FUNDOS

Art. 13 – Constituem receitas da ADEGRAND:

I – contribuições associativas, anuidades, mensalidades e contribuições extraordinárias aprovadas nos termos estatutários;

II – doações, legados, subvenções, patrocínios, apoios, cessões, concessões, termos de cooperação e outras receitas lícitas;

III – recursos oriundos de contratos, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, acordos de cooperação e instrumentos congêneres;

IV – receitas decorrentes de eventos, cursos, capacitações, publicações, consultorias, prestação de serviços, projetos, programas e atividades compatíveis com suas finalidades, incluindo fomento, termos de colaboração, termos de parceria, acordos de cooperação e instrumentos congêneres;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

V – rendimentos de aplicações financeiras, fundos patrimoniais, fundos de reserva e outros instrumentos de gestão financeira autorizados pela legislação vigente;

VI – recursos públicos, privados, nacionais ou internacionais, desde que em conformidade com o presente Estatuto e a legislação pertinente.

VII – receitas decorrentes da comercialização de produtos, materiais, publicações, souvenires, itens promocionais, produtos institucionais, culturais, turísticos, artesanais, agroindustriais ou de identidade territorial, produzidos diretamente pela ADEGRAND, por seus programas, projetos, câmaras técnicas, parceiros ou associados, desde que vinculados às finalidades institucionais da associação;

VIII – receitas provenientes da comercialização de produtos e serviços por meios físicos ou digitais, incluindo plataformas online, lojas virtuais, marketplaces, eventos, feiras, campanhas promocionais, catálogos eletrônicos ou outros canais de venda, observada a legislação fiscal, tributária, consumerista, sanitária, autoral, marcária e demais normas aplicáveis;

Parágrafo Primeiro – A comercialização de produtos ou serviços realizada pela ADEGRAND deverá ter caráter instrumental, complementar ou acessório às suas finalidades estatutárias, sendo vedada a distribuição de lucros, dividendos, bonificações ou vantagens econômicas indevidas a associados, dirigentes ou terceiros, devendo eventual resultado financeiro ser integralmente aplicado na manutenção, desenvolvimento e execução dos objetivos sociais da entidade.

Parágrafo Segundo – A participação de associados, produtores, empreendedores, artesãos, agroindústrias, empresas ou entidades parceiras na produção, fornecimento, exposição, divulgação, distribuição ou comercialização de produtos por meio da ADEGRAND deverá ser regulada por instrumento próprio, contrato, termo de parceria, termo de cooperação, regulamento, edital ou política interna, assegurando transparência, critérios objetivos, regularidade fiscal, prestação de contas, definição clara de responsabilidades, forma de remuneração ou repasse e inexistência de favorecimento indevido.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Nunes
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Parágrafo Terceiro – Quando a ADEGRAND atuar como intermediadora, apoiadora, gestora de plataforma, promotora comercial, organizadora de feira, marketplace, catálogo, loja virtual ou canal de comercialização de produtos de associados ou parceiros, constituirá receita própria da ADEGRAND apenas a taxa, comissão, contribuição, percentual, remuneração por serviço, valor de intermediação ou outra forma de contraprestação expressamente prevista em instrumento próprio, não se confundindo com os valores pertencentes aos produtores, fornecedores, associados ou parceiros, quando houver repasse direto ou indireto a estes.

Parágrafo Quarto – Todas as receitas, rendas, recursos, superávits e eventual resultado operacional serão integralmente aplicados na manutenção, desenvolvimento e consecução dos objetivos sociais da ADEGRAND, vedada sua distribuição a qualquer título, em conformidade com o princípio da não distribuição de lucros.

Art. 14 – O patrimônio da ADEGRAND será constituído por bens móveis, imóveis, direitos, títulos, marcas, recursos financeiros, equipamentos, veículos, acervos, propriedade intelectual e demais bens que venha a adquirir, receber ou incorporar por meios lícitos.

Parágrafo Primeiro – A alienação, aquisição ou oneração de bens imóveis, bem como a contratação de empréstimos, financiamentos ou garantias que possam comprometer o patrimônio da ADEGRAND, dependerá de parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – A Diretoria Executiva poderá praticar atos ordinários de administração patrimonial, respeitados o orçamento aprovado, as normas internas e os limites definidos em Assembleia ou Regimento Interno.

Art. 15 – A ADEGRAND poderá constituir fundos patrimoniais, fundos de reserva, fundos de projetos, fundos vinculados a programas específicos ou outros mecanismos de sustentabilidade financeira, mediante deliberação da Assembleia Geral e regulamentação em Regimento Interno ou norma própria.

Parágrafo Primeiro – Os percentuais, fontes, formas de aplicação, governança e prestação de contas dos fundos serão definidos em orçamento, plano de trabalho, resolução

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

interna ou deliberação da Assembleia Geral, evitando rigidez estatutária incompatível com a execução de projetos, e garantindo a transparência e o controle sobre sua gestão.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 16 – São órgãos da ADEGRAND:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal;

IV – Coordenadorias, Câmaras Técnicas, Eixos Temáticos, Conselhos Consultivos, Fóruns, Comitês ou Grupos de Trabalho, quando instituídos para apoio à execução das finalidades estatutárias.

Parágrafo Único – Fica instituído o Conselho Consultivo Intermunicipal, de caráter não deliberativo, com participação de prefeitos, representantes do poder público estadual e federal e demais parceiros institucionais, com a finalidade de subsidiar a Diretoria Executiva e a Assembleia Geral na definição de prioridades estratégicas territoriais, sem direito a voto nas deliberações privativas da Assembleia Geral.

Seção I - Da Assembleia Geral

Art. 17 – A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da ADEGRAND, composta pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e quites com suas obrigações sociais.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL REGISTRADOR
RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

Art. 18 – Compete privativamente à Assembleia Geral:

I – alterar o Estatuto Social;

II – eleger e destituir membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III – aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

IV – aprovar o planejamento anual, o orçamento, o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e a prestação de contas, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;

V – deliberar sobre os valores das contribuições associativas regulares, anuidades institucionais, contribuições extraordinárias e demais obrigações financeiras dos associados e parceiros institucionais, quando aplicáveis;

VI – deliberar sobre recurso contra exclusão de associado;

VII – autorizar alienação, aquisição ou oneração de bens imóveis, contratação de empréstimos, garantias ou obrigações extraordinárias de relevante impacto patrimonial;

VIII – deliberar sobre dissolução, fusão, incorporação, cisão, transformação ou participação da ADEGRAND na composição de outras pessoas jurídicas;

IX – deliberar sobre assuntos relevantes não atribuídos a outros órgãos.

Art. 19 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano e extraordinariamente sempre que necessário, podendo ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida.

Parágrafo Único – As Assembleias virtuais ou híbridas deverão assegurar identificação dos participantes, registro de presença, direito de voz, direito de voto, apuração dos votos, lavratura de ata e, sempre que possível, gravação ou outro meio de comprovação.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Art. 20 – A convocação da Assembleia Geral será realizada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou por requerimento de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto.

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral será feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para Assembleia Ordinária e 7 (sete) dias para Assembleia Extraordinária, admitida convocação em prazo menor apenas em caso de urgência justificada, desde que assegurada ciência efetiva dos associados.

Parágrafo Segundo – A convocação poderá ocorrer por edital afixado na sede, e-mail, aplicativo de mensagens, sítio eletrônico, redes institucionais ou outro meio físico ou eletrônico capaz de comprovar sua divulgação aos associados, garantindo a rastreabilidade.

Art. 21 – O edital de convocação deverá conter data, horário, local físico ou endereço eletrônico de acesso, pauta, data da convocação, indicação da quantidade de associados aptos a votar e assinatura de quem convocar.

Art. 22 – A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número de associados presentes, salvo quando este Estatuto exigir quórum especial.

Parágrafo Primeiro – As deliberações ordinárias serão aprovadas por maioria simples dos votos dos associados presentes e aptos a votar, desde que não haja disposição legal ou estatutária em contrário.

Parágrafo Segundo – Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia especialmente convocada: alteração estatutária, destituição de dirigentes, dissolução da associação, alienação ou oneração de bens imóveis e deliberações de impacto patrimonial extraordinário.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Nunes
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Parágrafo Terceiro – Não será admitido voto por procuração, salvo se a Assembleia Geral vier a regulamentar expressamente hipótese específica no Regimento Interno, respeitada a legislação aplicável e o princípio da igualdade de direitos dos associados.

Art. 23 – A participação de convidados poderá ser admitida para esclarecimentos técnicos, institucionais ou de interesse da pauta, sem direito a voto.

Seção II - Da Diretoria Executiva

Art. 24 – A Diretoria Executiva será composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 25 – Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos entre associados pessoas físicas em pleno gozo de seus direitos estatutários, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.

Parágrafo Primeiro – Recomenda-se, sempre que possível, que a composição da Diretoria preserve memória institucional e continuidade dos projetos, sem prejuízo da livre deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – É vedado o uso de cargo na ADEGRAND para promoção político-partidária, eleitoral ou pessoal.

I - Gestores públicos que exerçam cargos políticos eletivos poderão integrar instâncias consultivas da ADEGRAND, tais como o Conselho Consultivo Intermunicipal previsto no Art. 16, sendo vedada sua eleição para a Presidência e a Vice-Presidência, nos termos do §3º deste artigo;

II - Eventual incompatibilidade concreta para os demais cargos da Diretoria Executiva será analisada pela Assembleia Geral, pelo Conselho Fiscal ou por comissão de ética, conforme Regimento Interno;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

Parágrafo Terceiro – Não poderão ser eleitos, aos cargos de Presidente e Vice Presidente, os Associados filiados a qualquer partido político, sendo necessária a apresentação da respectiva Certidão Negativa fornecida pela Justiça Eleitoral.

I - A ADEGRAND observará neutralidade político-partidária, sendo vedada sua participação em campanhas, partidos, coligações, candidaturas ou movimentos eleitorais, sem prejuízo da participação institucional em debates públicos, políticas públicas e agendas de desenvolvimento regional.

Art. 26 – O processo eleitoral será disciplinado em edital aprovado pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral, podendo ocorrer por votação aberta, secreta, presencial ou eletrônica, desde que assegurados transparência, igualdade entre candidatos, registro em ata e apuração verificável.

Art. 27 – A posse dos eleitos ocorrerá na própria Assembleia de eleição ou em data definida pela Assembleia, com registro em ata.

Art. 28 – Compete à Diretoria Executiva:

I – administrar a ADEGRAND e executar as deliberações da Assembleia Geral;

II – elaborar e submeter à Assembleia o planejamento anual, orçamento, relatório de atividades, demonstrações financeiras e prestação de contas;

III – admitir associados, ad referendum da Assembleia Geral;

Parágrafo Único – A homologação pela Assembleia Geral deverá ocorrer na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente à admissão, sendo o associado admitido pela Diretoria considerado apto a exercer seus direitos estatutários desde a aprovação da Diretoria, ressalvado o direito de voto em matérias de competência privativa da Assembleia até a efetiva homologação.

IV – propor valores de contribuições associativas;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

V – instituir, extinguir ou reorganizar coordenadorias, câmaras técnicas, eixos, comitês e grupos de trabalho;

VI – celebrar instrumentos jurídicos necessários à execução das finalidades estatutárias, respeitados os limites aprovados pela Assembleia e pela legislação aplicável;

VII – autorizar despesas ordinárias, contratações e pagamentos dentro do orçamento, dos planos de trabalho e dos instrumentos de parceria aprovados;

VIII – zelar pela regularidade contábil, fiscal, trabalhista, documental e institucional da ADEGRAND;

IX – definir instituições financeiras, políticas de movimentação bancária, controles internos e limites operacionais, observadas as normas deste Estatuto;

X – submeter ao Conselho Fiscal as contas, relatórios e documentos necessários à fiscalização.

Art. 29 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente, por 3 (três) de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, de forma presencial, virtual ou híbrida.

Parágrafo Primeiro – As reuniões instalar-se-ão com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) membros, deliberando por maioria simples dos presentes.

Parágrafo Segundo – Será lavrada ata de cada reunião, com indicação dos presentes, principais deliberações e forma de realização, admitida assinatura física, digital ou eletrônica.

Art. 30 – Compete ao Presidente:

I – representar a ADEGRAND ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – convocar e presidir Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria Executiva;

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

III – assinar documentos, contratos, convênios, termos, ordens de pagamento e demais atos de gestão, em conjunto com o Tesoureiro quando envolver movimentação financeira;

IV – autorizar despesas e pagamentos dentro dos limites do orçamento, planos de trabalho e instrumentos aprovados;

V – responder pela gestão administrativa e institucional da ADEGRAND;

VI – contratar e demitir empregados, prestadores de serviços e consultores, observados orçamento, necessidade institucional, legislação aplicável e regras de conflito de interesses;

VII – promover a captação de projetos, programas, parcerias, recursos, apoios, patrocínios e cooperações compatíveis com as finalidades da ADEGRAND;

VIII – exercer outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 31 – Compete ao Vice-Presidente apoiar a Diretoria Executiva e substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos, vacância ou licenças, por prazo de até 90 (noventa) dias, salvo deliberação diversa da Assembleia Geral.

Art. 32 – Compete ao 1º Secretário organizar a secretaria, secretariar Assembleias e reuniões, elaborar e guardar atas, manter livros e arquivos, cuidar das correspondências oficiais, manter cadastro atualizado de associados e apoiar a comunicação institucional.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário em suas ausências, impedimentos, licenças ou vacância.

Art. 33 – Compete ao 1º Tesoureiro organizar e acompanhar a gestão financeira, contábil e fiscal da ADEGRAND, assinar movimentações financeiras em conjunto com o Presidente, manter controles de receitas e despesas, apresentar demonstrativos financeiros, zelar pela documentação fiscal e submeter contas ao Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências, impedimentos, licenças ou vacância.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS

Valide aqui
este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Art. 34 – Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a Diretoria poderá indicar substituto provisório dentre os associados aptos, devendo a indicação ser homologada pela Assembleia Geral subsequente.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Art. 35 – O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva, permitida uma recondução consecutiva.

Parágrafo Primeiro – O suplente substituirá os titulares em caso de ausência, impedimento, licença ou vacância, assegurando a plena atuação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal escolherá, entre seus membros titulares, Presidente e Secretário.

Parágrafo Terceiro – Não poderão compor o Conselho Fiscal pessoas que exerçam cargo na Diretoria Executiva, empregados da ADEGRAND ou pessoas com conflito de interesses direto em relação às contas fiscalizadas.

Art. 36 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar escrituração contábil, demonstrações financeiras, relatórios, documentos fiscais, contratos e instrumentos de parceria;

II – emitir parecer sobre contas, balanços, relatórios de atividades, orçamento e prestações de contas;

III – solicitar esclarecimentos, documentos e informações à Diretoria Executiva;

IV – acompanhar a execução financeira de projetos e recursos públicos ou privados de maior relevância;

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Joana da C. Ximenes
OFICIALA REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

V – convocar Assembleia Geral Extraordinária quando identificar irregularidades graves, omissão da Diretoria ou urgência institucional;

VI – recomendar auditoria independente ou apoio técnico externo, quando necessário e compatível com a capacidade financeira da entidade.

Seção IV – Das Coordenadorias, Câmaras Técnicas, Eixos, Comitês e Grupos de Trabalho

Art. 37 – A Diretoria Executiva poderá criar coordenadorias, câmaras técnicas, eixos temáticos, comitês ou grupos de trabalho para apoiar a execução de planos, projetos e programas da ADEGRAND.

Art. 38 – As estruturas auxiliares terão atribuições, responsáveis, prazo, metas, entregáveis e forma de prestação de contas definidos em plano de trabalho, resolução, ata ou Regimento Interno.

Art. 39 – Compete às estruturas auxiliares mobilizar participantes, elaborar planos de trabalho, apoiar a execução de projetos, propor parcerias, organizar agendas técnicas e representar a ADEGRAND apenas nos limites da delegação formal recebida.

CAPÍTULO VI
DA CONTABILIDADE, TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 – A ADEGRAND manterá escrituração contábil regular, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, os princípios contábeis e as exigências legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias pertinentes.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL

Valide aqui
este documento

Art. 41 – A Diretoria Executiva apresentará anualmente à Assembleia Geral, com parecer o Conselho Fiscal, relatório de atividades, demonstrações financeiras, balanço patrimonial, demonstrativo de receitas e despesas, relatório de execução de projetos e prestação de contas do exercício.

Art. 42 – Os recursos públicos recebidos pela ADEGRAND serão movimentados, executados, contabilizados e prestados contas conforme o instrumento jurídico firmado e a legislação aplicável, especialmente as normas relativas às parcerias entre Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil.

Art. 43 – A ADEGRAND adotará procedimentos robustos de transparência, controle interno, integridade, prevenção a conflitos de interesses, guarda documental e prestação de contas, os quais poderão ser detalhados em Regimento Interno, políticas próprias ou manuais de procedimentos, garantindo a conformidade e a boa governança.

Parágrafo Único – A ADEGRAND poderá divulgar, em meio físico ou eletrônico, relatório anual de atividades, resumo das demonstrações financeiras, principais projetos executados, parcerias firmadas e resultados alcançados, respeitados os dados pessoais, informações sigilosas e obrigações legais ou contratuais.

Art. 44 – É vedado a qualquer dirigente, associado, empregado, contratado ou parceiro participar de deliberação, contratação, pagamento ou decisão em que possua interesse pessoal, familiar, econômico, profissional ou institucional direto ou indireto, devendo declarar o conflito e abster-se de votar ou influenciar a decisão.

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Nunes
OFICIALA REGISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

CAPÍTULO VII
DA REMUNERAÇÃO, CONTRATAÇÕES E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Art. 45 – Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e estruturas auxiliares serão, como regra, não remunerados pelo simples exercício do mandato, não gerando vínculo empregatício ou direito a distribuição de resultados.

Parágrafo Primeiro – Poderá haver remuneração de associado, dirigente ou pessoa vinculada à ADEGRAND quando houver prestação efetiva de serviços, necessidade comprovada, compatibilidade com o objeto social, preço de mercado, disponibilidade orçamentária, aprovação prévia da Assembleia Geral e impedimento de voto do interessado, assegurando a legalidade e a transparência dos pagamentos.

Parágrafo Segundo – A contratação de associado, dirigente, empregado, consultor ou prestador de serviços observará critérios de necessidade, capacidade técnica, economicidade, transparência, ausência de favorecimento indevido e registro formal da justificativa.

Parágrafo Terceiro – A ADEGRAND poderá ressarcir despesas comprovadas realizadas por dirigentes, associados, voluntários ou colaboradores no interesse da entidade, desde que previamente autorizadas e devidamente documentadas, sem configurar remuneração.

CAPÍTULO VIII
DA PROTEÇÃO DE DADOS, COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E USO DA MARCA

Art. 46 – A ADEGRAND observará a legislação de proteção de dados pessoais, adotando medidas para coleta, tratamento, armazenamento, compartilhamento e descarte de dados

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS Maria Aparecida C. Lopes OFICIAL REGISTRADORA RIO BRILHANTE - MS

Valide aqui
este documento

pessoais de associados, parceiros, participantes de eventos, beneficiários, colaboradores e demais públicos relacionados às suas atividades.

Art. 47 – O uso do nome, sigla, marca, identidade visual, documentos, canais de comunicação e representações institucionais da ADEGRAND e do CELEIRO DO MS dependerá de autorização da Diretoria Executiva e deverá estar vinculado às finalidades estatutárias.

Art. 48 – É vedada qualquer forma de discriminação por raça, cor, etnia, origem, idade, sexo, gênero, orientação sexual, religião, deficiência, condição social, opinião, nacionalidade ou qualquer outra forma de discriminação, bem como qualquer prática incompatível com a dignidade humana.

Art. 49 – É vedada a utilização da ADEGRAND para manifestação ou promoção político-partidária, eleitoral ou de interesses pessoais estranhos às suas finalidades, sem prejuízo de sua atuação institucional em políticas públicas, fóruns, conselhos, debates e agendas de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO IX
DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, DISSOLUÇÃO E DESTINAÇÃO PATRIMONIAL

Art. 50 – O presente Estatuto poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes e aptos a votar, observada a legislação aplicável.

Art. 51 – A dissolução da ADEGRAND somente poderá ser deliberada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes e aptos a votar, após parecer do Conselho Fiscal e quitação das obrigações existentes.

Art. 52 – Em caso de dissolução, o patrimônio líquido remanescente será destinado a pessoa jurídica sem fins lucrativos, regularmente constituída, preferencialmente com finalidade

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS Maria Aparecida C. Jurnes OFICIALA REGISTRADORA

Valide aqui
este documento

semelhante e atuação no Território da Grande Dourados ou em região correlata, escolhida pela Assembleia Geral, observadas as exigências legais, fiscais, contábeis e aquelas decorrentes de recursos públicos, convênios, parcerias, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria ou qualificações eventualmente obtidas.

Parágrafo Único – Na hipótese de obtenção e posterior perda de qualificação como OSCIP ou outra qualificação jurídica específica, o patrimônio adquirido com recursos vinculados a tal qualificação terá a destinação prevista na legislação aplicável e nos respectivos instrumentos jurídicos.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53 – A ADEGRAND poderá participar da composição de outras pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, redes, fóruns, conselhos, instâncias de governança, consórcios privados, comitês, arranjos institucionais e organismos de cooperação, desde que compatíveis com suas finalidades estatutárias e aprovados pela Diretoria ou Assembleia, conforme relevância e impacto institucional.

Art. 54 – As omissões deste Estatuto serão resolvidas pela Assembleia Geral, observados o Código Civil, a legislação aplicável às associações civis, a legislação de organizações da sociedade civil, as normas de parcerias públicas, o Regimento Interno e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, transparência, boa-fé e interesse institucional.

Art. 55 – O Regimento Interno disciplinará matérias operacionais, procedimentos eleitorais, funcionamento de coordenadorias e câmaras técnicas, regras de contribuição, políticas

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

de comunicação, controle interno, integridade, proteção de dados, uso de marca, prestação de contas e demais procedimentos administrativos.

Art. 56 – Este Estatuto, com as alterações aprovadas pela Assembleia Geral, entrará em vigor na data de seu registro no Cartório competente, revogadas as disposições anteriores.

Rio Brilhante/MS, 15 de Julho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO JEFERSON TRAMBUCH
Data: 23/07/2026 20:10:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rodrigo Jeferson Trambuch
Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
REGIANE FREIRE LESSA
Data: 23/07/2026 20:04:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Regiane Freire Lessa
Secretária Executiva

gov.br Documento assinado digitalmente
AQUILES PAULUS
Data: 23/07/2026 09:55:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Aquiles Paulus
Advogado
OAB/MS 5676

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS
Maria Aparecida C. Ilunes
OFICIAL ADMINISTRADORA
RIO BRILHANTE - MS

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ridigital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Valide aqui
este documento

1º Cartório de Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Rio Brilhante- MS

Rua profa. Etelvina Vasconcelos, 503. Centro. 79130-000 Rio Brilhante- MS

Telefone (67)9-9881-5050 / E-mail: servicoregistralrb@gmail.com - CNPJ: 43.876.525/0001-06

Maria Aparecida Carvalho Iunes- Oficiala

Protocolo n.º: **21484** **Prenotado em:10/08/2026**
Apresentante: **AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO DA GRANDE DOURADOS - ADEGRAND**
Razão Social:
Natureza do Documento: AVERBAÇÃO

CERTIFICO que o presente título foi protocolado sob o número 21484 e registrado no **Livro A** nesta data sob nº- **Averbação Nº 1 / 511**

RECIBO

Custas:

EMOLUMENTOS DO CARTÓRIO:	R$ 115,27
FUNJECC10:	R$ 11,52
FUNADEP:	R$ 06,92
FUNDEP-PGE:	R$ 04,61
ISSQN5%	R$ 05,76
FEADMP:	R$ 11,52
SELO	R$ 02,18
TOTAL DE CUSTAS:	**R$ 159,96**
DESPESAS EXTRAS:	R$ 00,00
TOTAL GERAL:	**R$ 157,78**
VALOR DO DEPÓSITO:	R$ 00,00
VALOR A RECEBER:	R$ 157,78
VALOR A DEVOLVER:	R$ 00,00

REG. TIT. DOC. E PESSOAS JURÍDICAS Maria Aparecida C. Iunes OFICIALA REGISTRADORA RIO BRILHANTE - MS

Selo Digital:AMJ18182-901-NOR

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS:

Rio Brilhante - MS, 18/08/2026.

Escrevente Autorizado
Vinicius José Silva Campos
Escrevente Autorizado

Recebido por: _____ em ____/____/____

Devolução do Depósito Prévio: R$ _____ Recebido por _____

Retirado o Título por ( ) Devolução ( ) Registro, por _____ em ____/___/____

Declaro que me foi entregue o recibo de pagamento dos atos praticados_____

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/LUZYF-HRR5Y-GPJ5C-8C2HF

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar